

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – Uma Visão Portuguesa

CLAUDIO DA COSTA BRAGA*
Capitão de Mar e Guerra (RM1)

A história da Independência do Brasil, principalmente o período que antecedeu este acontecimento, de 1808 a 1822, já foi muito estudada pelos historiadores brasileiros. Achei-me, então, na obrigação de fazer uma abordagem que fosse pouco conhecida. Falarei sobre “A Independência do Brasil – Uma Visão Portuguesa”.

Para isso, fui buscar em autores portugueses os seus pontos de vista sobre a nossa independência. Não que esses pontos de vista sejam necessariamente diferentes, podendo ser até semelhantes; entretanto, observaremos enfoques distintos daqueles que sempre nos foram apresentados.

Diversas são as abrangências, ênfases e qualificações apresentadas pelos historiadores, portugueses ou brasileiros, ao tratarem da ruptura política entre Brasil e Portugal, ocorrida em 7 de setembro de 1822. Observei, neste estudo, que alguns deles, principalmente os brasileiros, apresentam a nossa independência dentro de um processo cheio de tensões, conflitos, guerras e profundas alterações na ordem vigente.

Já os portugueses tentam mostrar nossa independência inserida em um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e

* Serve na Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha como superintendente do Sistema de Comunicações da Marinha. Autor de diversos livros, com destaque para: *A Guerra da Lagosta, O Último Baile do Império, 1910 – O fim da Chibata – Vítimas ou algozes?, Tamandaré nas Guerras da Independência e Cisplatina e A Administração Naval do período de 1889 até o início do Governo Prudente de Moraes*. Titular da Cadeira 76 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), cujo Patrono é o Almirante Barroso, Herói Nacional.

com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucederam na Europa e na América nos fins do século XVIII, aqui incluídas a independência norte-americana (em 1776), a Revolução Francesa (em 1789) e o fim do império espanhol nas Américas a partir de 1810.

Em todos os casos, porém, são marcantes três acontecimentos que irão contribuir profundamente para o nosso processo de independência:

O primeiro deles inicia-se com a mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, em decorrência da invasão da metrópole por forças napoleônicas. Atos consequentes, como a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que franqueava os portos do Brasil ao comércio internacional, contribuiriam para o crescimento econômico da colônia e mudanças políticas significativas.

Muitos historiadores portugueses consideram esse ato um dos mais nefastos para Portugal, pois com ele se extinguiria o Pacto Colonial e o monopólio comercial que impunham ao Brasil. De uma hora para outra desmoronaria todo o processo de lucro que por mais de 300 anos havia beneficiado grandemente os portugueses, que agora, desesperados, viam extinguir-se o tempo dos privilégios e monopólios. Tudo se tornava mais grave pela crescente Revolução Industrial em curso na Inglaterra.

Para os portugueses, todos os males pareciam advir da permanência da corte no Brasil e da autonomia concedida à colônia. Era pensamento comum em Portugal que o regresso da corte a Lisboa teria como consequência natural o fim dos privilégios da colônia e o retorno dos benefícios que o Pacto Colonial lhes proporcionava.

Era para D. João VI uma situação muito difícil: ser ao mesmo tempo rei de Portugal

e do Brasil, dois povos que naquele momento possuíam interesses opostos.

O segundo foi a criação do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, pondo fim ao regime colonial na Terra de Santa Cruz. Este ato criou uma situação paradoxal: o Brasil faria parte do Reino, tinha a sua sede no momento, porém os brasileiros não desfrutavam dos mesmos direitos e benefícios dos portugueses, apesar de, com seus impostos, sustentarem a corte e o governo.

O terceiro seria decorrente do processo que levaria ao retorno de D. João VI a Portugal, iniciado com a Revolução de 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto. Em continuação, no Rio de Janeiro, um movimento militar, em 26 de fevereiro de 1821, pressionou o regresso da corte a Lisboa. Dom João VI, muito a contragosto, decide então regressar a Portugal, ficando D. Pedro como regente no Brasil. O posicionamento liberal e nacionalista dessa revolução que, intransigentemente e radicalmente, desejava manter o regime colonial no Brasil criou fortes reações dos brasileiros, apressando, com isso, nossa independência política, embora esta estivesse na lógica dos acontecimentos.

Vamos ver, então, como tudo se processaria, com a visão dos historiadores portugueses sobre esses três acontecimentos:

A conturbada situação política vivida na Europa no início do século XIX, especificamente por Portugal, com seu território invadido por tropas de Napoleão, ameaçando a continuidade da dinastia dos Braganças, fez com que o príncipe regente Dom João, juntamente com seus familiares e a corte, se transferissem para a sua principal colônia, o Brasil.

A partir de 1808, diversas foram as alterações que se processaram na sociedade brasileira, principalmente nos aspectos econômico, social e cultural. Essas mudanças foram tão marcantes que provoca-

riam modificações políticas irreversíveis entre Brasil e Portugal.

Com a vinda da Família Real e de boa parte da nobreza, as exigências de melhores bens de consumo aumentaram e tornava-se necessário o seu provimento sem que se dependesse das importações estrangeiras.

Consta que foram trazidos para o Brasil, não só do Tesouro Real, mas também pelas famílias que para cá vieram o quantitativo de 200 milhões de cruzados, uma fortuna na época, que se tornou disponível para investimento e consumo. A colônia se capitalizara de uma hora para outra. Como fator comparativo, no retorno da família real para Portugal foram levados cerca de 50 milhões, valor este que caracterizaria uma quase falência do Brasil.

Diversos passam a ser os atos liberalizantes editados pela Coroa, principalmente no comércio exterior. Dentre eles podemos destacar: a abertura dos portos às nações amigas; o favorecimento aos ingleses, com taxas baixas para importação de seus produtos; e a instalação de várias indústrias no Brasil.

O fim da prática mercantilista aplicada pela metrópole à sua colônia, permitiria maior comércio do Brasil sem a interferência da metrópole, provocando grande incentivo econômico e marcantes mudanças sociais e políticas decorrentes. Também a imigração de estrangeiros foi estimulada a partir de 1808, principalmente a suíça, a italiana e a alemã, assim como se procurou manter aqui os portugueses.

O impacto da chegada da Corte portuguesa no Brasil causou dois sentimentos antagônicos. O primeiro deles foi o de hostilidade aos novos residentes, em

decorrência do grande incômodo que tal quantidade de pessoas, e das mais exigentes, provocou aos moradores da cidade, tendo alguns deles sido obrigados a cederem suas próprias residências para os nobres portugueses que aqui chegaram. Como dado para comparação, o acréscimo de pessoas na cidade foi da ordem de 15 mil para uma população de 60 mil. O outro sentimento era de regozijo pelo fato de estarem podendo desfrutar da convivência de tão requintadas famílias, de uma nobreza das mais antigas da Europa.

As mudanças sociais foram significativas e aconteceram rapidamente, tendo em vista a predisposição de aceitação dos modos e costumes de tão requintados personagens. Uma das maiores características foi nas vestimentas, que passaram a

ter as características europeias, principalmente na figura feminina.

Também na construção civil houve modificações sensíveis, principalmente nas habitações, com luxuosas

residências passando a ser erguidas para a acomodação dos nobres e burgueses mais endinheirados, normalmente portugueses e estrangeiros, e também de diplomatas que para cá se transferiram. Outras modificações mais aconteceriam, principalmente nos hábitos alimentares, no incremento de festividades e nas manifestações culturais – como ópera e teatro –, nas belas artes – com a vinda da Missão de Artes da França –, com a criação de curso de Medicina, da Biblioteca Pública e do Jardim Botânico e com a expansão do comércio.

Não seria mais possível continuar o Brasil a ser governado como colônia. Era necessário fazê-lo funcionar como um

**Não seria mais possível
continuar o Brasil a ser
governado como colônia.
Era necessário fazê-lo
funcionar como um reino**

reino e, assim, organizar e implementar os serviços governamentais e de atividade política de um Estado. Criou-se, então, o Conselho Superior de Justiça, o Arquivo Militar do Brasil, a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Intendência-Geral, a Polícia da Corte, a Junta de Comércio-Agricultura-Fábricas e Navegação, a Casa da Moeda, um Banco Público, a Fábrica Real da Pólvora, a Imprensa Régia, o Erário e o Conselho de Fazenda. Elevou-se a Relação do Rio à Casa de Suplicação do Brasil e ao Superior Tribunal de Justiça. Remodelaram-se o Arsenal Real de Marinha e o recrutamento para recompletar os Regimentos de Linha. Todos esses nomes são os da época, e decidi preservá-los.

Em 1815, a elevação do Brasil a Reino e a propaganda que se fez na Europa da criação de um novo Reino na América do Sul, somadas às medidas liberalizantes de D. João, aguçaram a curiosidade estrangeira sobre essa terra tão distante que era o Brasil. Com isso, os interesses despertados nos estudiosos das ciências naturais os levaram a virem para cá, tendo sido eles os responsáveis pelo grande incremento no conhecimento mais profundo sobre nossos recursos naturais. Nessa ocasião, várias expedições científicas vieram ao Brasil, para registrar a fauna e a flora e estudar o povo brasileiro.

Todas essas alterações viriam modificar os modos de ser e de pensar dos brasileiros, muitos influenciados também pela repentina abundância de livros e periódicos que passaram a circular, divulgando novas ideologias, de tendência liberal e de formação de um espírito de autonomia. Não podemos deixar de destacar a Revolução Republicana Pernambucana de 1817, que estabeleceu, por 80 dias, uma República, com a adesão das Províncias de Alagoas, do Ceará, do Rio Grande do

Norte e da Paraíba, tendo chegado inclusive a adotar uma Constituição. Sairia desse cenário, anos mais tarde, o título do Patrono da Marinha do Brasil – o Marquês de Tamandaré. A debelação dessa revolta, juntamente com o fim da invasão da Guiana Francesa e a incorporação da Província Cisplatina ao Reino, caracterizaria a intenção de D. João VI em formar um Império no Brasil.

Porém, terminadas as guerras na Europa, Portugal entra num processo de regeneração que colidiria com as liberdades comerciais agora já vividas pelo Brasil. D. João VI postergava seu retorno a Lisboa, mesmo tendo sido solicitado o seu regresso pelo Conselho de Governadores e por diversas Casas Reais da Europa. A Inglaterra, uma das maiores incentivadoras desse retorno, chegou a enviar uma Esquadra para comboiar o regresso. Essa manifestação seria um dos primeiros indícios de que a Grã-Bretanha apoiaria a independência do Brasil, pois o Brasil independente traria para aquela potência europeia grandes vantagens comerciais.

A Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, logo se repercutiria em várias províncias do Brasil, que aderiram à causa da Regeneração. Essa causa pretendia reerguer a monarquia portuguesa, com a união de todos os seus territórios, e a volta do controle de Lisboa sobre suas colônias, inclusive o monopólio comercial. Logo, o processo de Regeneração defendido em Lisboa torna-se antagônico com as liberdades, principalmente a do comércio vivida pelo Brasil. Era de se esperar que, com a saída do monarca, os brasileiros não aceitariam mais o retrocesso de suas liberdades, principalmente as comerciais. Dom João insistia em ficar no Brasil, até que um Ato da Assembleia Constituinte em Lisboa, de 15 de janeiro de 1821, exigiu o seu regresso.

A Província do Pará, em 1º de fevereiro de 1821, a da Bahia, em 10 do mesmo mês, e a do Maranhão foram as primeiras onde seus governadores portugueses aderiram ao movimento liberal e à causa da Regeneração.

Dom João VI, sob pressão das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, decide pela transferência da Corte para Lisboa em março de 1821. Esse Ato torna-se de muita importância, pois o regresso da Corte à Lisboa e uma consequente tentativa de se retirar do País as liberdades conquistadas iriam contribuir para a ruptura do Brasil com Portugal.

Em abril, o Congresso português promulga uma Portaria em que considera legítimos todos os governos estabelecidos ou que se estabelecerem nos Estados portugueses do Ultramar e nas ilhas adjacentes que abraçarem a causa da Regeneração. Em seguida, manda que se procedam às devidas eleições de deputados para a sua representação à Corte. Com esta ação, as províncias, agora de norte a sul do Brasil, passam a apoiar a Regeneração.

Diante desse apoio, e já com o regresso de D. João a Portugal, ocorrido em 4 de julho de 1821, a Corte em Lisboa passa a deliberar, mesmo sem a presença dos representantes das províncias, criando um conflito com a recusa dos representantes provincianos em aceitar tais deliberações. Vale destacar que, quando de sua chegada a Lisboa, D. João VI encontraria um reino fragilizado politicamente, com ameaças substanciais até da manutenção da mo-

narquia e do regime liberal que se vivia, além de muito endividado.

O problema se agravaria quando a Corte passa a tomar novas deliberações no intuito de fazer retirar do Brasil a situação de liberdade política e comercial que alcançara, tentando retorná-lo à situação de colônia. Três delas se destacam:

a) Decreto de 29 de setembro de 1821 das Cortes Gerais – estabelecia nova administração política, militar e financeira para o Brasil, todas sujeitas diretamente à Corte em Lisboa, e exigia o regresso de D. Pedro, por não ser mais necessária a sua presença no Brasil. Esta medida só chegaria ao Brasil em 10 de dezembro

de 1821, provocando forte reação do grupo que defendia uma separação de Portugal.

Na verdade existiam no Brasil, no aspecto social e ideológico, três partidos:

1º) um constituído basicamente de portugueses, que defendiam a união luso-brasileira;

2º) outro constituído por senhores de engenho, empregados públicos e alguns eclesiásticos influentes, que defendiam um governo independente, com sede no Rio de Janeiro, e com uma Constituição moderada e duas Câmaras; e

3º) um Partido Democrata, muito numeroso, constituído pelo povo em geral, que defendia a existência de governos provinciais independentes.

Opondo-se a toda essa pressão de Lisboa, o Senado no Rio de Janeiro cobra uma posição de D. Pedro, que publicamente declara, em 9 de janeiro de 1822,

A Corte passa a tomar novas deliberações no intuito de fazer retirar do Brasil a situação de liberdade política e comercial tentando retorná-lo à situação de colônia

que aqui ficaria, celebrizando-se esta data como “O Dia do Fico”.

b) Extinção, em 13 de janeiro de 1822, dos Tribunais de Justiça aqui estabelecidos depois de 1808; e

c) Desejo dos brasileiros que as tropas militares fossem formadas por elementos aqui nascidos, e não pela tropa militar portuguesa no Brasil.

Nesse momento, observa-se o início de uma separação nítida entre as províncias do Norte, fiéis à Corte e com centro na Província da Bahia, e as do Sul, separatistas. Destaca-se o posicionamento independente de Pernambuco, que não só queria mudar a relação de dependência como também modificar o sistema político no Brasil.

É célebre uma declaração da Província de São Paulo a D. Pedro: “ou vai e nós nos declaramos independentes, ou fica e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do Congresso; além disso, tanto os ingleses europeus como os americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza”.

Esta atitude revelaria que os separatistas contavam obter o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da Grã-Bretanha.

Os deputados de São Paulo no Congresso em Lisboa assim se manifestaram: “Os povos do Brasil são tão portugueses como os de Portugal, e por isso hão de ter iguais direitos e, se assim não fosse, a nossa união não duraria um mês”.

Como resposta das Cortes portuguesas ao que acontecia no Brasil, foi criada, em 18 de março de 1822, a Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil, que em seu primeiro parecer propunha, entre outras resoluções opressivas, que:

– o Príncipe permanecesse no Rio de Janeiro enquanto não se fizesse a organização geral do governo do Brasil;

– não se instalasse a Junta Provisional no Rio de Janeiro;

– se fizesse executar o Decreto de extinção dos tribunais; e

– as Juntas de Fazenda passassem a ficar subordinadas às Juntas Provisionais em Lisboa.

Esse mesmo documento aconselhava o Congresso a não transigir quanto às relações comerciais, que a Comissão considerava um dos mais fortes vínculos de união e que deviam ser discutidas na base da reciprocidade.

Vale destacar que os fatores tempo e distância fizeram com que nem sempre os atos promulgados em Portugal e no Brasil fossem um decorrente do outro. Muitos deles foram promulgados sem se ter conhecimento dos atos promulgados pelo outro.

No Brasil, continuava a evolução do sentimento de independência. As Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais pressionavam o príncipe a tomar medidas de oposição às deliberações portuguesas. Uma delas consistia na determinação do regresso à Portugal das tropas portuguesas sediadas no Brasil. No entanto, as províncias do Norte opunham-se às decisões do príncipe regente.

Outra medida tomada por D. Pedro foi a convocação, em 3 de junho de 1822, de uma Assembleia Constituinte e Legislativa com a pretensão de atingir autonomia legislativa, embora mantendo a união com a Coroa portuguesa, além de declarar-se regente constitucional. Nesse dia, D. Pedro recebe o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

Como podemos depreender, o Brasil queria a sua independência, mas firmada sobre a união bem entendida com Portugal. Mas o Congresso em Lisboa não tinha um perfeito conhecimento da realidade

brasileira, recusando-se a votar os artigos referentes à criação de dois Congressos, um em Portugal e outro no Brasil, além de Cortes Gerais na Capital do Império. A carta de D. Pedro informando sobre a convocação da Assembleia Constituinte e a sua proclamação como regente constitucional só se tornariam do conhecimento em Lisboa em 26 de agosto.

A crise aumentou no Congresso em Lisboa, tendo os representantes das províncias brasileiras solicitado a anulação de suas representações. A Comissão de Constituição em Lisboa, reunida em urgência, renega a solicitação dos deputados brasileiros.

Interessante é destacar que, devido aos fatores tempo e distância, que dificultavam e tornavam demoradas as disseminações dos conhecimentos na ocasião, em 24 de setembro de 1822, quando nossa independência já estava proclamada por D. Pedro, a Assembleia Constituinte em Lisboa decreta a nomeação de uma Regência no Brasil nos termos da Constituição portuguesa, devendo o príncipe regente voltar a Portugal no prazo de 30 dias, sob pena de perda dos seus direitos ao trono português, anulando o Decreto de 3 de junho de 1822, que convocava a Constituinte do Brasil, assim como todos os Atos de D. Pedro. Esse Decreto tornou-se inócuo e inaplicável, pois o Brasil já era independente desde o glorioso 7 de Setembro, nas margens do Ipiranga, em São Paulo.

O que levaria D. Pedro à proclamação de nossa independência foi o fato de ter recebido de Portugal o Decreto de 23 de julho, que, embora permitisse a sua permanência no Brasil até a publicação da futura Constituição portuguesa, exigia a aplicação imediata do Decreto de 29 de setembro de 1821 e a instalação das Juntas Provisionais, que ficariam subordinadas diretamente à Portugal. Este Decreto chegaria às mãos da Imperatriz Leopoldina,

que se encontrava na Fazenda Santa Cruz (hoje um bairro do Rio com o mesmo nome). Junto com José Bonifácio, ela mandaria que o Major Cordeiro fizesse chegar às mãos de D. Pedro tal Decreto.

Nada mais além da diplomacia restaria nas relações entre os dois reinados. Já nada podia fazer Portugal para recuperar o Brasil.

Para Portugal, a separação do Brasil seria calamitosa em termos econômicos. Portugal estava arrasado depois de tantos percalços devido às guerras napoleônicas. Era necessária a manutenção das condições de comércio estabelecidas com o Brasil. Estas, rompidas, agravariam ainda mais a situação econômica portuguesa.

Os problemas econômicos e comerciais que se agravariam para Portugal com a separação do Brasil já haviam sido detectados havia algum tempo. Em 5 de fevereiro de 1821, em relatório apresentado às Cortes, vislumbrava-se o incremento das transações comerciais de Portugal com suas demais colônias, principalmente as africanas.

Nesse período pré-independência do Brasil, a opinião pública portuguesa, orientada por diversos periódicos, defendia uma posição de força contra as liberdades, principalmente comerciais, concedidas ao Brasil, sendo hostil à nossa separação e ou a qualquer solução de conciliação. Apoiavam mesmo o uso da força para impor ao Brasil a sua subordinação à Corte. Ora, uma solução deste tipo, que só atenderia aos ânimos portugueses, nunca poderia ser aplicada sem o apoio externo. Entretanto, esse apoio externo não aconteceria devido ao quase completo isolamento internacional que Portugal vivia naquele momento.

Concluindo, considerando aspectos de estudo e análise dos pontos de vista dos historiadores portugueses, a Inde-

pendência do Brasil não foi um acontecimento isolado do contexto internacional, podendo ser inserido em dois grandes movimentos que se caracterizaram no início do século XIX: o liberal e o das nacionalidades.

A chegada da família real portuguesa em 1808 e o incremento de desenvolvimento que se processou na Colônia, tendo em vista as medidas liberalizantes decretadas pelo príncipe regente D. João, nos aspectos político, econômico e social, foram marcantes para estimular o sentimento de independência das lideranças e da população brasileiras, acompanhado de um profundo descontentamento na metrópole, o que ajudaria a conduzir a um processo de ruptura.

Outro aspecto interessante a se destacar é o das promulgações dos Atos Governamentais, tanto do Brasil como de Portugal. Devido à distância entre os dois países e à demora para se conhecer a decisão de um e do outro, os Atos nem sempre eram promulgados em decorrência de uma decisão tomada pelo outro.

Historiadores portugueses destacam que o radicalismo político e a crise econômica vivida por Portugal limitaram aquele país e o afastaram de decisões mais moderadas ou temporizadas que permitissem soluções conciliatórias com a aceitação de uma autonomia moderada que evitasse a ruptura do 7 de Setembro.

Os avanços econômicos e culturais alcançados pelo Brasil não poderiam mais ser travados, e, por isso, qualquer decisão no sentido de suprimir privilégios

já adquiridos seria sempre mal aceita por quem estava ávido por autonomia.

Outra consideração também apresentada por historiadores portugueses é que o processo de Regeneração Política da nação portuguesa levou-a a um isolamento internacional, isto é, da Europa monarquista, não permitindo nenhum apoio militar externo. Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil oferecia muito mais vantagens aos países europeus do que Portugal, daí o desinteresse daqueles pela manutenção da soberania portuguesa sobre o Brasil.

Outro fato marcante era a hegemonia inglesa na ocasião. Pioneira na Revolução

Industrial, a nossa independência e a dos demais países da América do Sul era de grande importância no desenvolvimento do capitalismo britânico.

Essa hegemonia fez com que os gabinetes britânicos procurassem sempre

inserir o processo de independência do Brasil no contexto geral da emancipação americana, impedindo todas as tentativas das potências europeias ou dos Estados Unidos de intervirem na América Latina, onde os novos países representavam um vasto mercado para os produtos da sua indústria.

Vale destacar a existência de dois documentos antagônicos, encaminhados ao rei D. João VI, a respeito de como Portugal deveria agir em decorrência de nossa independência. O primeiro deles, elaborado pelo primeiro-ministro, General Manoel Ignácio Martins Pamplona, 1º Conde de Subserra, defendia a linha de retorno da subordinação do Brasil a Portugal, mesmo

**Para alguns historiadores,
a nossa independência
nada mais teria sido do
que fruto de uma brilhante
estratégia de D. João VI
e de D. Pedro**

com a intervenção militar, posição esta que se coadunava com forte influência francesa no Governo de Portugal.

Uma segunda posição, agora sob forte influência da Grã-Bretanha, era defendida pelo encarregado dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Palmela, que defendia o reconhecimento de nossa independência e a aproximação ao novo Império, principalmente nos aspectos comerciais.

Por fim, como a história nos ensina, qualquer processo de independência de um país de seu opressor sempre foi precedido de verdadeiras, longas e sangrentas guerras entre o colonizador e o colonizado. Entretanto, a nossa independência aconteceu sem derramamento de sangue e sem guerras expressivas.

No Brasil, como em Portugal, alguns historiadores, após analisarem as cartas trocadas entre D. Pedro e D. João, nos meses que antecederam o 7 de Setembro, cartas essas mais de pai para filho do que de monarca para súdito, chegam a vislumbrar que, diante das circunstâncias que aqui se vivia e do crescente clima de liberdade, a nossa independência nada mais teria sido do que fruto de uma brilhante estratégia de D. João VI e de D. Pedro.

Independente de ter havido simulação ou emprego de estratégia, a verdade é que seria um remédio amargo para Portugal, mas que evitaria derramamento de sangue e atenderia aos interesses da Corte portuguesa, mantendo como primeiro imperador do Brasil um príncipe regente de Portugal.

Em 13 de maio de 1825, D. João VI legitimaria a independência política do Império do Brasil, ressaltando para si o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal e Algarves e para D. Pedro o de Imperador do Brasil e Príncipe de Portugal e Algarves.

O cenário da Independência do Brasil ficaria registrado para a posteridade no quadro de Pedro Américo, representando o relato deixado pelo Major Francisco de Castro Canto e Mello, que fazia parte da comitiva de D. Pedro em viagem a São Paulo, quando, após receber as correspondências trazidas pelo Major Cordeiro, enviadas pela Princesa Leopoldina e por José Bonifácio, assim teria dito: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!”.

Estava, assim, proclamada a nossa independência.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA>; História da Independência do Brasil; História de Portugal;